



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

ANA QUEZIA SANTOS DE OLIVEIRA

**A ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FOMENTO AO APL DE CONFECÇÕES
E ARTEFATOS DE ALGODÃO COLORIDO DA PARAÍBA.**

**CAMPINA GRANDE - PB
2020**

ANA QUEZIA SANTOS DE OLIVEIRA

**A ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FOMENTO AO APL DE CONFECÇÕES
E ARTEFATOS DE ALGODÃO COLORIDO DA PARAÍBA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Administração da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Administração.

Área de concentração: Políticas Públicas.

Orientadora: Profa. Ma. Thayse Andrezza Oliveira Do Bu Araújo.

**CAMPINA GRANDE- PB
2020**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

O48a Oliveira, Ana Quezia Santos de.

A análise das políticas públicas de fomento ao APL de confecções e artefatos de algodão colorido da Paraíba [manuscrito] / Ana Quezia Santos de Oliveira. - 2020.

30 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2020.

"Orientação : Profa. Ma. Thayse Andrezza Oliveira do Bu Araújo. , Coordenação do Curso de Administração - CCEA."

1. Arranjos produtivos Locais - APL. 2. Algodão colorido. 3. Políticas públicas. 4. Desenvolvimento local. I. Título

21. ed. CDD 658

ANA QUEZIA SANTOS DE OLIVEIRA

A ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FOMENTO AO APL DE CONFECÇÕES E
ARTEFATOS DE ALGODÃO COLORIDO DA PARAÍBA

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado a Coordenação/Departamento do
Curso de Administração da Universidade
Estadual da Paraíba, como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em
Administração.

Área de concentração: Políticas Públicas

Aprovada em: 04/12/2020.

BANCA EXAMINADORA

Thayse Andrezza Oliveira do Bu Araújo

Profª. Ma. Thayse Andrezza Oliveira do Bu (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Sibele Thaíse Viana G. Duarte

Profª. Dra. Sibele Thaíse Viana Guimarães Duarte
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Thaís Marculino da Silva

Profª. Ma. Thaís Marculino da Silva
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

“37 - Muita gente que estava
Sem outras perspectivas
Desiludidas de tudo
Completamente inativas
Com o algodão se repondo
Estão felizes compondo
Novas fontes produtivas”

- Poeta popular paraibano Manoel
Monteiro, em seu cordel Milagre do
Algodão Colorido.

LISTA DE ORGANOGRAMAS

Organograma 1 – Atores envolvidos na produção de algodão colorido a partir de 2010.....	21
---	----

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 –Roteiro de entrevistas.....	17
QUADRO 2 –As formas de interações dos atores do APL Confecções e Artefatos de Algodão Colorido.....	22

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMDE	Agência Municipal de Desenvolvimento Econômico
APEX	Agência Brasileira de Promoção e Exportação e Investimentos
APL	Arranjo Produtivo Local
CAMPAL	Cooperativa Mista dos Produtores de Algodão de Patos
CEO	Chief Executive Officer
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
COMPET	Programa de Modernização e Competividade dos Setores Econômicos Tradicionais
COOPNATURAL	Cooperativa de Produtores de Têxteis e Afins da Paraíba
EMATER	Empresa de Extensão Rural da Paraíba
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATEX	Empresa Brasileira de Fiação e Tecidos
FAPESQ	Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba
FENIT	Feira Nacional de Indústria Têxtil
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
GTP APL	Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INMENTRO	O Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ISS	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MPMEs	Micro, Pequenas e Médias Empresas
NCC	Grupo Natural Cotton Color
NEA APL-PB	Núcleo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais da Paraíba
OBAPL	Observatório Brasileiro de APLs
PITCE	Política Industrial, Tecnológica e do Comércio Exterior
PLADES	Plano de Desenvolvimento Econômico, Social e Sustentável para Arranjos Produtivos Locais da Paraíba
PPA	Plano Plurianual

REDESIST	Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.
SENAI/CERTEX	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SETDE	Secretaria de Estado do Turismo e do Desenvolvimento Econômico
SICTCT/PB	Secretaria da Indústria, Comércio, Turismo, Ciência e Tecnologia da Paraíba
SINDIVEST	Sindicato da Indústria do Vestuário da Paraíba
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	OS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS.....	12
2.1	Evolução do conceito de apl.....	12
2.2	Características dos apl's.....	13
2.3	As políticas públicas para arranjos produtivos locais.....	14
3	METODOLOGIA.....	16
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	18
4.1	A gênese do apl de confecções e artefatos de algodão colorido da paraíba.....	18
4.2	O cenário atual apl e das suas políticas públicas.....	24
5	CONCLUSÃO	29
	REFERÊNCIAS	29

A ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FOMENTO AO APL DE CONFECÇÕES E ARTEFATOS DE ALGODÃO COLORIDO DA PARAÍBA

ANALYSIS OF PUBLIC POLICIES TO PROMOTE THE APL FOR CLOTHING AND ARTIFACTS OF COLORED COTTON IN PARAÍBA

Ana Quezia Santos de Oliveira

RESUMO

Com o incremento da globalização, as empresas estão se adaptando às constantes mudanças do mercado para alçarem vantagens competitivas. Muitas delas unem-se de diferentes formas para reduções de custos e maior poder de barganha. As Políticas Públicas para Arranjos Produtivos Locais são consideradas uma ferramenta de fundamental importância, possibilitando o crescimento e desenvolvimento desses, bem como para o ambiente no qual estão localizados. Logo, a partir desta pesquisa buscou-se analisar as políticas públicas de fomento ao APL de Confecções e Artefatos de Algodão Colorido da Paraíba. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo, com coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas e análise qualitativa. No cenário recente observou-se que o Arranjo em questão possui um histórico de políticas públicas que não teve continuidade desde os anos 2000 até a atualidade, mas verificou-se que até os anos de 2010 existem ações públicas para contribuir com a organização produtiva e comercialização do arranjo. Entretanto, só em 2016, que se observam esforços em torno de construir políticas públicas articuladas para fomentar os Apls do estado. Portanto, é visto interesse do Governo afim de promover as políticas públicas para Apls ainda que estas não possam ter seus impactos totalmente mensurados.

Palavras-chave: Arranjos Produtivos. Algodão colorido. Políticas Públicas. Desenvolvimento Local.

ABSTRACT

With the increase in globalization, companies are adapting to the constant changes in the market to achieve competitive advantages. Many of them are used in different ways for cost reductions and greater bargaining power. Public Policies for Local Productive Arrangements are evaluated as a tool of fundamental importance, enabling their growth and development, as well as for the environment in which they are included. Therefore, based on this research, we sought to analyze the public policies to promote the APL for Clothing and Artifacts of Colored Cotton in Paraíba. To this end, a bibliographic, documentary and field research was carried out, with data collection through semi-structured classifications and qualitative analysis. In the recent scenario, it was observed that the arrangement in question has a history of public policies that has not continued since the 2000s until today, but it was found that until 2010 there are public actions to contribute to the productive organization and commercialization of the arrangement. However, it was only in 2016 that efforts were observed around building articulated public policies to foster the state's Apls. Therefore, it is seen the Government's interest in promoting public policies for Apls although you may not have your impacts fully measured.

Keywords: Productive Arrangements. Colorful Cotton. Public Policies. Local Development.

1 INTRODUÇÃO

Na era da globalização, as mudanças são constantes, por consequência: a sociedade, o mercado e as organizações sofrem os impactos. As organizações, a fim de conseguirem melhores posições no mercado, buscam por estratégias, uma das que tem sido fortemente aceita, devido à sua variedade de benefícios para as empresas, é a aglomeração. As organizações se aglomeram no intuito de obterem compartilhamento de tecnologias, conhecimento, cooperação na comercialização e exportação, economias de escala, dentre outros motivos. Essas vantagens são possíveis a partir da formação dos Arranjos Produtivos Locais, os quais, devido à aglomeração se formam naturalmente ou induzido por atores sociais, econômicos e políticos; dividem atividades correlatas, sendo da mesma cadeia produtiva, semelhantes ou complementares estabelecendo-se em determinada área como consequência da sua proximidade geográfica.

Segundo Cassiolato e Lastres (2004), os Apl's são aglomerados de atores sociais, econômicos e políticos, que possuem algum tipo de vínculo, mesmo que apenas inicial, desenvolvendo, conjuntamente, atividades econômicas específicas. Os atores podem ser: produtores de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos; prestadoras de consultoria e serviços; comercializadoras; clientes e até mesmo organizações públicas que promovam formação e capacitação de recursos humanos; como escolas técnicas e universidades; promotores de pesquisa e desenvolvimento.

Tendo em vista a diversa quantidade de atores que se envolvem na estrutura de um arranjo produtivo, apontam-se que são representativos os impactos que eles trazem para o local no qual estão inseridos, inclusive, contribuindo para o fomento ao desenvolvimento; através das diversas interações com a sociedade, a empregabilidade, geração de renda e diversas movimentações que demonstram resultados socioeconômicos na economia local.

Logo, o Estado com intuito de promover cada vez mais o desenvolvimento das regiões, estados e municípios se interessam pelo crescimento dos Apl's, articulando-se para promover o desenvolvimento local. Dessa forma, as políticas públicas atuam no intuito de resolver conflitos comuns às organizações como a falta de planejamento, monitoramento e controle de ações implementadas. O que promove uma discussão entre o poder público e as organizações participantes sobre o tratamento de estratégias conjuntas para solução destes problemas.

Deste modo, as políticas públicas de incentivo aos APL's têm como foco o desenvolvimento econômico, atuando, na grande maioria das vezes, na direção de reduzir desigualdades sociais e regionais, a partir da tentativa de dinamizar socioeconomicamente localidades. Para tal, buscam expandir e modernizar bases produtivas, desenvolver inovações tecnológicas, gerar empregos, elevar a produtividade e apoiar na exportação, dentre outras ações (INMENTRO, 2013).

Portanto, as políticas públicas de apoio aos APL's devem ser idealizadas a longo prazo, através da articulação entre as empresas e os stakeholders¹ afetados, observando-se toda a cadeia produtiva para que a política tenha eficiência e eficácia, tendo em vista que existe atualmente uma carência na implementação de políticas públicas capazes de alavancar os potenciais produtivos existentes (LASTRES, 2014).

Diante do exposto, este estudo tem como problema de pesquisa, o seguinte: Quais são as políticas públicas de fomento para o Arranjo Produtivo Local de Algodão Colorido da Paraíba?

Desse modo, a pesquisa tem como objetivo geral: analisar as políticas públicas de fomento ao APL de Confecções e Artefatos de Algodão Colorido da Paraíba. Para tanto, é preciso definir as principais políticas públicas existentes, conceituar APL e caracterizar o APL de

¹ Stakeholders de acordo com Freeman (1984) são o conjunto de indivíduos ou grupos que tenham interesse, ou capacidade, de afetar determinados objetivos de uma empresa. Logo, tratam-se das partes interessadas no mesmo objetivo.

Algodão Colorido, partindo da hipótese de que há o esforço do governo, de entidades representativas em apoiar o desenvolvimento de políticas públicas para a evolução do arranjo em questão e proporcionar o amparo necessário a ele.

A seguir será exposto o constructo teórico que serviu de embasamento para realização desta pesquisa. Em seguida, será apresentada a metodologia utilizada. E, por fim, serão expostos os resultados do presente estudo e suas considerações finais.

2 OS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

A presente fundamentação teórica abordará o conceito da categoria analítica: Arranjo Produtivo Local (APL), suas características e o percurso de formulação de políticas públicas direcionadas aos arranjos produtivos locais. Assim sendo, partindo da compreensão da evolução dos conceitos e dada a existência de algumas distinções conceituais na literatura especializada; neste estudo, optou-se por trabalhar com a abordagem teórica da REDESIST, que será explanada no sub tópico que se segue.

2.1 Evolução do Conceito de APL

Segundo a Redesist (2004) arranjos produtivos locais podem ser considerados como um conjunto de organizações às quais se unem formando aglomerações desenvolvendo atividades produtivas de uma mesma cadeia, gerando desenvolvimento através das interações que se estabelecem na sociedade com os diversos agentes, sejam sociais, políticos e econômicos.

A temática APL tem se tornado cada vez mais discutida devido a associação à promoção do desenvolvimento local. Logo, não somente as empresas de pequeno e médio porte tem se interessado pelo tema, como também os mais diversos atores como instituições públicas e privadas.

As discussões sobre aglomerações produtivas surgiram a partir das primeiras experiências ocorridas na Inglaterra devido à alta produtividade manufatureira e também à relatos de aglomerações percebidas pelas interações das empresas concentradas numa determinada região geográfica; o que gerava grande produtividade e, conseqüentemente, o aumento da empregabilidade, pois o volume de produção exigia maior mão de obra.

De acordo com Costa (2010), o Alfred Marshall foi o primeiro a levantar discussões sobre o conceito de aglomerações, no final do século XIX, durante o período em que vigorava o Modelo Fordista de produção, o qual tornava os produtos acessíveis ao mercado consumidor em massa, na medida em que reduzia o custo da produção e barateava os artigos produzidos. Acumulando, portanto, maiores lucros e obtendo maior competitividade, justamente, a partir da produção em massa. Assim sendo, ao passo que a produção, em larga escala, auferia maiores ganhos às empresas, Marshall também identificou aglomerados de centro produtores de pequenas empresas especializadas em manufatura.

Entretanto, Costa (2010) explica que com a crise do sistema fordista de produção houve uma mudança no paradigma de produção capitalista, e assim emerge o Regime de Acumulação Flexível; o qual desencadeou novas experiências e rápidas mudanças no sistema de produção; surgindo, deste modo, novas maneiras de fornecimento de serviços, novos mercados, saltos tecnológicos expressivos e mudanças organizacionais substanciais.

A partir de então, o foco estava em unidades produtivas menores, produção por demanda, especialização dos produtos e horizontalização das empresas; emergindo também, novas dinâmicas no mercado de trabalho, com a terceirização, por exemplo.

Nesse cenário, destaca-se também o desenvolvimento de conjuntos industriais completamente novos em outras regiões, como no Vale do Silício.

Segundo Lastres e Cassiolato (2005) o conceito de APL se constituiu a partir da ocorrência de aglomerados de empresas nos Distritos Industriais italianos, na década de 1970, na região do Vêneto na Itália e, no Vale do Silício na Califórnia; onde ocorreram elevação de renda e empregabilidade e a presença de elos significativos na cadeia produtiva.

Logo, diversos autores empreenderam esforços em conceituar sobre aglomerações produtivas. Segundo Sacomano Neto (2012), arranjos produtivos envolvem o agrupamento de quaisquer atividades similares ou interdependentes no espaço, sem importar o tamanho das empresas, a natureza das atividades executadas ou o setor econômico.

Ainda segundo a Redesist (2004), os APL's são um agrupamento de agentes, sejam econômicos, políticos, sociais, que desenvolvem atividades que geram valor econômico e que, para tal, apresentam vínculos, similaridades e complementaridades.

Portanto, com o objetivo de afunilar o conceito de APL, o Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP APL), no Brasil, concordou com o conceito fornecido pelo o Observatório Brasileiro de Arranjos Produtivos Locais, e a mesma definição do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), a saber:

Arranjos produtivos locais são aglomerações de empresas, localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa (MDIC, 2014, p. 1).

Para tanto, como o conceito Arranjo Produtivo Local conta com uma vasta bibliografia, todas essas referências contribuem para a compreensão do termo APL. O uso inicial referente a aglomerações produtivas, arranjos produtivos e demais termos que possuem significado sinônimos a esses, consolidam a ideia de que aglomerações produtivas de uma mesma cadeia, ou de cadeia produtiva correlata, já podem sustentar a ideia de um APL, porém para melhor compreender como se dá a caracterização de um arranjo produtivo, se faz necessário o conhecimento de suas características base.

2.2 Características dos APL's

Os Arranjos Produtivos locais devido às recorrentes discussões possuem, cada vez mais, informações, que reunidas, agregam à compreensão da sua evolução e importância, desde seu conceito até suas características primordiais. Portanto, se faz fundamental compreendê-las.

De acordo com Castro et al (2009) as principais características dos Arranjos Produtivos Locais são:

- 1) *Território*: o qual se entende que o APL ocupa uma determinada área geográfica próxima; sendo parte de um município, um conjunto de municípios, bacias hidrográficas, vales, serras, entre outros, e tem a possibilidade de desenvolver-se econômico e socialmente.
- 2) *Especialização produtiva*: trata-se da produção, como também do conhecimento das pessoas em desenvolver dentro da empresa, levando em consideração a atividade principal.
- 3) *Aprendizagem e inovação*: é promovida por meio de informações produtivas, tecnológicas e mercadológicas. E através da troca com outras empresas, por meio de cursos e feiras.
- 4) *Cooperação*: relacionada à economia de escala, diminuição de riscos, custo e tempo, potencializando a dinâmica de inovação dos APLs.

5) *Atores locais*: trata-se do suporte que o APL pode vir a possuir para o seu desenvolvimento, formado de instituições de promoção de financiamento e crédito; instituições de ensino e pesquisa; centros tecnológicos; associações empresariais; prestadores de serviços etc.

Ainda segundo Cassiolato e Lastres (2003) em relação às características do APL, é importante ressaltar os processos de inovação e aprendizado interativos, e de cooperação.

A inovação e aprendizado interativos se constituem como elementos essenciais para o êxito de um arranjo, pois através do conhecimento é possível a ampliação da capacidade produtiva e inovativa das organizações; com a introdução de novos produtos, métodos, processos de produção e formatos organizacionais. E, por muitas das vezes, a troca de experiências entre atores locais do arranjo, promovem melhorias para a coletividade, e na maioria das vezes, possibilitam alcançarem mercados que não conseguiriam isoladamente. Daqui também reside a importância da cooperação.

Em outros termos, a cooperação é resultante do processo de aprendizagem. Assim, ela potencializa ainda mais a criação de competências produtivas e inovadoras, já que unem os atores envolvidos e integram tais organizações no mercado globalizante, o que sustenta o potencial competitivo, tanto individualmente, como em conjunto.

Deste modo, Cassiolato e Lastres (2003) salientam que as características dos arranjos produtivos são fundamentais para identificação da sua formação e construção da sua trajetória histórica, os quais tendem a se tornar de longo prazo, principalmente, quando apoiados por políticas públicas.

2.3 As políticas públicas para arranjos produtivos locais

As políticas públicas são medidas tomadas pelo Estado a fim de encontrar soluções para os problemas presentes na sociedade, envolvendo atores tanto públicos e privados, para o desenrolar dos dilemas vivenciados (HOWLETT; RAMESH; PERL, 2018). As Políticas Públicas são um conjunto de ações, metas e planos que os governos de esferas nacionais, estaduais e municipais traçam para alcançar o bem-estar social e o interesse público. Segundo Muller e Surel (2002) as políticas públicas são programas de ação pública coordenados para atingir objetivos explícitos. Em outras palavras, são ações de suporte para que os próprios atores sociais e econômicos envolvidos administrem seus conflitos, gerindo-os a fim de solucioná-los.

Para Rodrigues (2010) as políticas públicas trata-se de ações jurídicas, sociais e administrativas por parte do Governo; como auxílio imediato à atividades para ordenamento da sociedade; ou seja, é a forma que o Estado busca para administrar os conflitos por meio da intervenção com ações e medidas planejadas.

Neste sentido, as políticas públicas para Arranjos Produtivos são as ações do Estado que têm como objetivo sanar os impasses que inviabilizam o seu crescimento e o desenvolvimento do território no qual está alocado; com ações para geração de emprego e renda, cooperação e inovação conjuntamente, suprimindo quaisquer interesses isolados.

De acordo com Costa (2010) é necessário criar um ambiente com condições favoráveis aos aglomerados, tornando todas as forças coletivas capazes de desenvolver o capital social local, a governança entre atores e o próprio desenvolvimento econômico local, além de promover a elaboração de acordos territoriais; colaborando assim, com projetos que melhor supram os interesses da coletividade.

As políticas públicas para APL's no Brasil passaram a se tornar parte oficialmente da agenda governamental em 1999, pois antes, segundo IPEA (2005), se resumiam à práticas de concessão de terrenos e isenção de impostos, tais como: ICMS (Imposto sobre Circulação de

Mercadorias e Serviços), ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza) e IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano).

Para tanto, de acordo com Simonetti (2017), as políticas para os Arranjos Produtivos foram vistas por meio da Política Industrial, Tecnológica e do Comércio Exterior (Pitce) através de vínculos de promoção e desenvolvimento de práticas voltadas para o fomento das atividades de micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) em APLs.

Logo, o Governo passou a promover ações com foco nos Apls, por meio da abordagem da temática, através do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007; mais especificamente, mediante o Programa 0419 – Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Empresas, e da criação de instituições que visualizassem a importância destes, como do Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP APL). (BRASIL, 2006).

Entretanto, inicialmente o Grupo (GTP APL) estava centrado em chegar a um consenso a respeito da conceituação de APL, e só em 2011, segundo Guimarães (2013) que houve debates mais detalhados sobre as políticas públicas para Apl's e com um olhar para as potencialidades locais, para a territorialidade e desenvolvimento local.

Contudo, é preciso salientar que desde 2005, o GTP se articulava com os agentes locais, a partir da instauração dos Núcleos Estaduais (NEs), que são os responsáveis, por fomentar as demandas dos APL's locais².

Diante disso, foi com a aprovação do Plano Plurianual de Governo PPA-2012-2015, houve maiores abordagens da temática de desenvolvimento local em relação às políticas públicas. Deste modo, foi notório, cada vez mais, o empenho do Governo, nas esferas federal, estadual e municipal e de diversas entidades em apoiar e pensar nas políticas públicas de incentivo aos Apl's. Podem ser citadas como as principais: Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP APL); RedeSist - Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais; Núcleos Estaduais de Apoio ao Desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais da Paraíba - NEA APL; o CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; a Finep- Financiadora de Estudos e Projetos e o Sebrae- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (FURTADO; SAKOWSKI; TÓVOLLI, 2015).

Ainda segundo os autores supracitados, no cenário local, desde 1997 que são vistos os esforços e iniciativas de órgãos públicos e privados em relação ao desenvolvimento de políticas públicas para os Apl's. A iniciar pela criação do Compet (Programa de Modernização e Competitividade dos Setores Econômicos Tradicionais), e a criação da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (Fapesq) em 1997, e em seguida sua atuação juntamente com o apoio do CNPq e sob responsabilidade da Secretaria da Indústria, Comércio, Turismo, Ciência e Tecnologia da Paraíba (SICTCT/PB), em parceria com pesquisadores da UFPB, a fim de melhorar objetivos direcionados aos Arranjos e incorporar a metodologia de APL, desenvolvida pela Redesist. O que mais a diante possibilitou que ações de apoio as APL's fossem reconhecidas como prioridades para o desenvolvimento econômicos do Estado e integradas ao PPA do plano do Estado.

Em 2007, o governo do estado modernizou a estrutura organizacional da sua Administração Direta e atribuiu novas competências aos órgãos, a exemplo da Compet que teve suas competências incorporadas a Secretaria de Estado do Turismo e do Desenvolvimento Econômico (SETDE) que passou a realizar as ações do Compet .Todavia, com essa nova estrutura, a política para APLs no estado torna-se mais atuante (FURTADO; SAKOWSKI; TÓVOLLI, 2015).

² Os Núcleos são responsáveis pela articulação com as instituições dos APL's do seu estado. É o representante do MDIC no estado. Tem como objetivo fomentar e apoiar os arranjos, a partir da intermediação entre os atores locais e suas necessidades e o governo federal. Segundo o MDIC (2018), existem 27 núcleos estaduais.

Em 2009, SETDE instituiu, o Núcleo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais da Paraíba (NEA APL-PB); o qual, desde então, atua com medidas, ações e projetos para o fomento dos Arranjos Produtivos Locais do Estado, como será mais bem visualizado no tópico referente aos resultados (FURTADO; SAKOWSKI; TÓVOLI, 2015).

E no tópico a seguir, será apresentada a metodologia que foi utilizada nesta pesquisa.

3 METODOLOGIA

Com o objetivo de analisar as políticas públicas de fomento ao APL de Confecções e Artefatos de Algodão Colorido da Paraíba foi realizada uma pesquisa descritiva de caráter exploratório com abordagem qualitativa conduzida sob a forma de estudo de caso. Para Yin (2015), o estudo de caso é definido como a investigação empírica de um fenômeno que dificilmente pode ser isolado ou dissociado do seu contexto.

Diante da inexistência de uma base de dados oficial e dada a natureza do objeto de estudo, foi necessário se utilizar de dados primários, que foram levantados através da aplicação de entrevistas semiestruturadas junto à alguns atores do APL em questão, a saber: a Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Algodão, localizada no município de Campina Grande – PB; O Núcleo Estadual de Apoio aos APLs da Paraíba - NEAPL-PB; Comitê Gestor do Apl de confecções e artefatos de algodão colorido natural do estado da Paraíba³, a empresa Santa Luzia Rede e decoração e a empresa CoopNatural, que apesar de não está mais trabalhando com algodão colorido, foi pioneira na produção deste.

Nas entrevistas, foram aplicadas as perguntas apresentadas no QUADRO 1. Como será melhor entendido no tópico de resultados, o arranjo em análise possui 13 membros oficiais, sejam eles: atores econômicos, políticos ou sociais; porém, dado o contexto recente de pandemia e as dificuldades de acesso aos agentes, optou-se por uma amostra com representantes de entidades públicas (seja da Administração Direta ou Indireta) e por representantes dos agentes econômicos, de maneira que se entrevistou dois membros dos três existentes no arranjo. No intuito de verificar os distintos olhares das políticas públicas do Apl, a partir do arcabouço institucional e administrativos apresentado na seção 4.1.

Além da observação não participante, complementadas com o auxílio do diário de campo.

A pesquisa também se utilizou da revisão da literatura existente, relatórios e documentos relacionados a Políticas Públicas para APL's, nas esferas federal, estadual e municipal. Se caracterizando também como uma pesquisa bibliográfica e documental.

Para a análise dos dados obtidos foi utilizada a técnica de análise de conteúdo sob a forma de abordagem qualitativa.

A análise de conteúdo pode ser conceituada como um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1994).

QUADRO 1- Roteiro de entrevistas

Comitê Gestor

³ O papel do Comitê será explicado no tópico dos resultados.

<ol style="list-style-type: none"> 1. Como é formado o Comitê Gestor hoje? 2. Quais as principais ações, atualmente, voltadas para o desenvolvimento do APL de Confecções e Artefatos de Algodão Colorido da Paraíba? 3. Como se dá as relações com os atores do arranjo, qual a frequência? 4. Quais são as ações relacionadas ao APL de Confecções e Artefatos de Algodão Colorido da Paraíba que o Comitê desenvolve atualmente? 5. Quais são as ações no futuro que o Comitê tem planejado para o apl em questão? 6. O PLADES já foi abordado em reunião pelo comitê? O que se espera? 7. Quais as principais políticas públicas, atualmente, voltadas para o desenvolvimento do APL de Confecções e Artefatos de Algodão Colorido da Paraíba?
EMBRAPA Algodão
<ol style="list-style-type: none"> 1. Qual o papel que a Embrapa desenvolve no APL em questão? 2. Quais são os principais gargalos/fragilidades identificados no Arranjo em questão? 3. Quais são as principais potencialidades/diferenciais identificados no Arranjo em questão, no contexto atual? 4. Quais ações, o senhor identifica que são necessárias para o futuro do apl em questão?
Núcleo Estadual de Apoio aos APLs da Paraíba - NEAPL-PB
<ol style="list-style-type: none"> 1. Quais são as ações relacionadas ao APL de Confecções e Artefatos de Algodão Colorido da Paraíba que o Núcleo de Apoio aos Apls da Paraíba desenvolve atualmente? 2. Quais medidas o Plades tem planejado ou realizado para contribuir com o Arranjo? 3. Como surgiram as principais ações? 4. Quais são os principais gargalos/fragilidades que o Núcleo identifica no Arranjo em questão mesmo com a implementação de tais medidas? 5. Quais são as principais potencialidades/diferenciais que o Núcleo identifica no Arranjo em questão, no contexto atual? 6. Quais são as ações no futuro que o Núcleo tem planejado para o apl em questão?
Santa Luzia Rede e decoração
<ol style="list-style-type: none"> 1. Quais as principais políticas públicas que são sentidas? Que se percebe do efeito destas? 2. O que já mudou com a atuação do Comitê e do plades? 3. Os principais órgãos de interesse que o ajudam? 4. Como se dá a relação com os demais atores do Arranjo (público e privado)? Como é a comunicação?
COOPNATURAL
<ol style="list-style-type: none"> 1. Quais ações devem ser tomadas para o desenvolvimento do Apl? 2. Quais foram os principais gargalos/fragilidades vivenciados pela empresa no Arranjo? 3. Quais as principais potencialidades/diferenciais do Apl? 4. Como se motivou a saída da empresa? 5. O que se espera das Políticas Públicas para o Arranjo?

Fonte: Elaboração própria (2020).

Cronologicamente, como salienta Minayo (1994), a análise de conteúdo pode abranger as seguintes fases:

- Pré-análise – organiza-se o material a ser analisado. De acordo com os objetivos e questões de estudo, define-se, principalmente, unidade de registro, unidade de contexto, trechos significativos e categorias;
- Exploração do material – aplica-se o que foi definido na fase anterior. Podendo haver a necessidade de se fazer releituras de um mesmo material;
- Tratamento dos resultados obtidos e interpretação – Nessa fase deve-se desvendar o conteúdo subjacente ao que está sendo manifesto. Sem excluir as informações estatísticas, a busca deve se voltar, por exemplo, para as ideologias, tendências e outras determinações características dos fenômenos estudados.

Compreendida a metodologia usada na pesquisa, a seguir, são apresentados os resultados e discussões do estudo.

4 ANÁLISE E DESCRIÇÃO DE RESULTADOS

O presente tópico traz os resultados da pesquisa. E para isso, inicialmente fala-se sobre a formação do APL de confecções e artefatos de algodão colorido e, nesse cenário, o papel do poder público; para, posteriormente, ser feita uma apresentação das novas configurações do APL e as políticas públicas recentes direcionadas ao arranjo em análise.

4.1 A gênese do APL de confecções e artefatos de algodão colorido da Paraíba

O APL de Confecções e Artefatos de Algodão Colorido da Paraíba, de acordo com Cavalcanti Filho et al (2007) se iniciou a partir do processo histórico de melhoramento genético do algodão colorido, o qual ganhou importância no fim do século XX e início do século XXI, como resultados das pesquisas científicas desenvolvidas, desde 1989, pela Embrapa Algodão (situada na cidade de Campina Grande – PB). Portanto, a partir dessas pesquisas foi possível a utilização do algodão naturalmente colorido na indústria têxtil⁴.

Tal fato, foi oportuno para o estado da Paraíba, que encontrou no algodão naturalmente colorido um elemento de diferenciação competitiva, após o declínio da produção de algodão branco no estado, a partir da década de 1980. De modo geral, o algodão branco foi de extrema importância para a economia paraibana, que já foi a segunda maior produtora mundial de algodão branco. Culminando, inclusive, no desenvolvimento de algumas cidades, como é o caso de Campina Grande.

Com grandes crises de produção do algodão no exterior, e a falta do produto, houve buscas por novos produtores, foi quando Campina Grande teve o reconhecimento como produtora de algodão por atender à procura do produto com o fornecimento de algodão, satisfazendo aos países interessados e, logo passou a ser a maior produtora de algodão do Brasil. Em 1980, eram cultivados cerca de 600 mil hectares de algodão na Paraíba, como afirma Picciotto e Shewchenko (2006), sendo fundamental para a geração de riqueza e distribuição de renda.

Na Paraíba, a importância histórica do algodão branco decorre da sua capacidade de geração de emprego e renda tanto no campo como nas indústrias, segundo os autores supracitados. Isso porque, foi possível ser cultivado na região do semiárido, devido à grande facilidade de adaptação da cultivar à escassez de água. Logo, sua produção foi oportuna a região Nordeste do país.

Entretanto, como relata Farias (2010), na década de 1980 ocorreu a praga do bicudo, inseto que se alimenta do algodão causando perfurações e danos rapidamente a planta. Tal fato foi tão significativo que resultou no declínio das exportações do Nordeste, exceto na Bahia que foi capaz de criar estratégias para lidar com a praga.

No contexto da Paraíba, houve o declínio da produção de algodão branco, fazendo com que muitos agricultores saíssem da atividade. Contudo, não apenas o bicudo foi o único responsável pela diminuição de dinamismo do setor, mas também, pelas longas secas, e falta de especialistas técnicos e políticas públicas do governo local para enfrentamento do cenário (FARIAS, 2010).

Contudo, visto que o cultivo do algodão se tornara fundamental para economia e já gerava grandes benefícios monetários para o setor têxtil local, começaram a surgir atores no Estado da Paraíba que demonstraram interesse na revitalização da atividade na região. A

⁴ Entretanto, é preciso destacar que pesquisas com essa finalidade se iniciaram nos EUA, também na década de 1980. Para mais detalhes, consultar: Do Bu (2018).

princípio, a Embrapa viajou pelo Nordeste colhendo sementes do algodão a fim de desenvolver pesquisas e melhoramento genético. O objetivo era promover pesquisas para melhoramento genético da fibra de algodão naturalmente colorido. Assim, buscaram promover a elevação da resistência, melhoramento na finura e tamanho, de maneira a ser possível a utilização da fibra colorida na indústria têxtil.

Como destaca Farias (2010), as pesquisas começaram em 1989 e nos anos 2000, a Embrapa lança o primeiro fruto das pesquisas: a BRS 200. Assim, diante das diversas pesquisas realizadas pela Embrapa e do melhoramento do algodão colorido com sementes disponíveis para o cultivo, em 2000 a Paraíba inicia o cultivo deste para transformação em produtos têxteis, o que foi impulsionado pelo SINDIVEST- Sindicato da Indústria do Vestuário da Paraíba-, que já se interessara pelo algodão colorido até mesmo antes dos teste, e no momento buscava características diferentes para as roupas dos seus associados que seriam apresentadas na Feira Nacional de Indústria Têxtil (FENIT).

De fato, o SINDIVEST estava à procura de um diferencial competitivo para as empresas de confecções locais a fim de dinamizar o setor que estava enfraquecido com a competição dos produtos chineses e de Toritama e Santa Cruz do Capibaribe no estado de Pernambuco. Então, algumas empresas do Sindicato passaram a usar o algodão colorido em seus produtos. Desse modo, vários agentes passaram a trabalhar com algodão colorido, sejam agricultores como empresas de confecções.

Mas tal fato só foi possível devido ações de outras instituições, como é o caso da Agência Municipal de Desenvolvimento Econômico (AMDE), que foi criada em 1999, com objetivo de planejar e implementar políticas socioeconômicas para o município de Campina Grande – PB, e que passou a ajudar a organizar a cadeia produtiva de algodão colorido e apoiar os confeccionistas a, juntamente com o SEBRAE e SENAI, criaram uma identidade aos produtos⁵.

Com o cenário marcado pelos impactos do declínio da produção, conforme Picciotto e Shewchenko (2006), como a mão-de-obra têxtil desempregada, a AMDE criou o Programa de Fortalecimento da Cadeia Produtiva do Setor Têxtil de Campina Grande, com objetivo de fortalecer a produção de algodão colorido na Paraíba, e também estabeleceu parceria com o laboratório do SENAI (LABVEST) – PB, para fazer roupas a partir da produção do algodão.

Assim, com o apoio público, outro agente fundamental para o desenvolvimento do APL foi o SENAI/CERTEX, em Paulista-PE, que, no final da década de 1990, passou a testar as fibras de algodão colorido como matéria-prima para indústria têxtil. Conforme Farias (2010) foram realizados também testes de desempenho de fiação e tecelagem na EMBRATEX- Empresa Brasileira de Fiação e Tecidos, em Campina Grande.

Segundo Lirbório (2017) ainda outro agente que desenvolveu papel importante no processo do início do cultivo do algodão colorido foi a EMATER- Empresa de Extensão Rural da Paraíba - incentivando os agricultores a cultivarem o algodão após a praga do bicudo e instruindo-os e a acompanhando o processo de adaptação.

Tendo em vista a melhoria do setor, surgiram cooperativas e empresas que passaram a desenvolver uma diversidade de produtos com o algodão colorido, apresentando traços regionais e agregando valor a estes, promovendo na região a empregabilidade e renda como foi o caso da Coopnatural - Cooperativa de Produtores de Têxteis e Afins da Paraíba, a qual teve o apoio da APEX- Agência Brasileira de Promoção e Exportação e Investimentos, e o Grupo Natural Cotton Collor; que se tornaram referência na confecção de artefatos de algodão colorido (CAVALCANTI FILHO; MOUTINHO, 2007; FARIAS, 2010).

⁵ Para mais detalhes, ver: Picciotto e Shewchenko (2006).

Outros agentes passaram a trabalhar com o algodão naturalmente colorido, como é o caso da empresa: Rede Santa Luzia e a CAMPAL⁶ - Cooperativa Mista dos Produtores de Algodão de Patos, ampliando também a cadeia produtiva que estabelecia relações com outras empresas de transporte, beneficiamento, fiação, tecelagem e comercialização (CAVALCANTI FILHO; MOUTINHO, 2007; FARIAS, 2010).

Entretanto, como relata Do Bu (2018), em meados de 2011, ocorreram conflitos em relação a “pirataria” de algodão colorido, onde estavam tingindo o algodão de modo a vendê-lo como o algodão colorido naturalmente. Este fato propiciou a reunião de diversos atores participantes, com o objetivo de combater essa pirataria, criando um órgão ímpar na representação do APL: Comitê Gestor do Arranjo Produtivo Local de Confecção e Artefatos de Algodão Colorido da Paraíba.

O Comitê foi criado oficialmente em: sete de setembro de 2011, segundo o regimento interno do comitê. O qual se reúne semestralmente, tendo como representante um integrante que é indicado como Gestor por um período de 2 anos. O qual é composto por⁷:

1. Embrapa Algodão (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária)
2. Abit (Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção)
3. Apex (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos)
4. Empaer (Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária)
5. Secretaria da Agricultura Familiar-PB
6. SENAI
7. SEBRAE
8. Associação de Rendeiras do Cariri Paraibano
9. Cadeia Produtiva do Algodão Colorido Natural (produtores)
10. AIVEST (Associação das Indústrias de Vestuário da Paraíba)
11. NCC (Grupo Natural Cotton Color)
12. Santa Luzia- Redes e decorações Ltda.
13. Agricultores

A partir da criação do Comitê se tornou possível a melhor representatividade do APL, e organização deste, como a identificação dos produtores, fornecedores, empresas formais e informais, e demais atores que compõem o Arranjo, bem como os papéis que estes assumem, além de promover ações voltadas para o setor como Campanhas de Desenvolvimento.

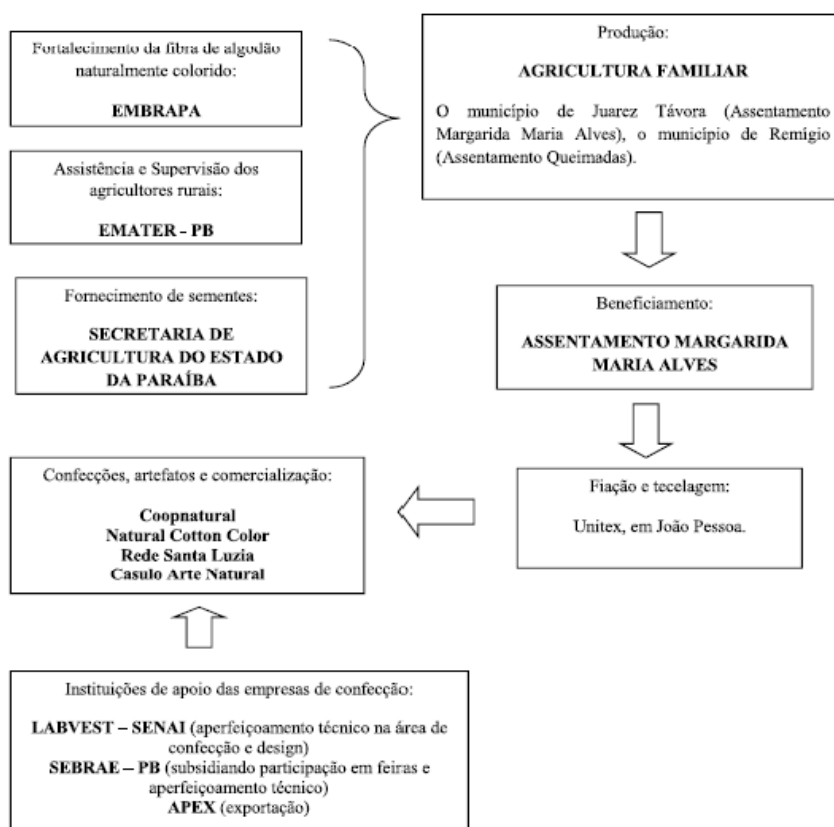
Todavia, o arranjo obteve novas configurações e com essas, alguns impactos, a exemplo da saída da Coopnatural do Comitê, por volta de 2017, a qual teve um isolamento de suas ações, restringindo suas interações a integrantes específicos (DO BU, 2018).

No Organograma 1 pode-se analisar os principais atores que estiveram presentes a partir de 2010 no Apl de Algodão colorido da Paraíba. Segundo Lirbório (2017) estes se restringiram expressivamente por meio da agricultura familiar no assentamento Maria Margarida Alves, em Juarez Távora e ao Assentamento Queimadas, no município de Remígio.

Organograma 1 - Atores envolvidos na produção de algodão colorido a partir de 2010

⁶ A Campal teve um papel importante na história do algodão na Paraíba, tendo seu auge em 1980 com 2500 associados, mas com um declínio no ano de 2000, passando a 500 associados. Em seguida por volta de 2009 teve sua falência, não participando mais do Arranjo Produtivo Local de Confecção e Artefatos de Algodão Colorido da Paraíba. Contudo, a CAMPAL apresentava papel de destaque no arranjo. Sendo a responsável pelo beneficiamento e transporte do algodão colorido para a tecelagem e fiação. Papel hoje que é desempenhado pelas próprias empresas de confecções e artefatos, que realizam o transporte para fiação e tecelagem. Para mais detalhes, consultar: Lirbório (2017) e Do Bu (2018).

⁷ Fonte: Informações em entrevista Comitê Gestor 21 novembro 2020.



Fonte: Do Bu (2018, p.104).

Também são expostos os principais órgãos de apoio como a EMATER, SEC. AGR. FAMILIAR e a EMBRAPA Algodão a qual desenvolveu a primeira cultivar de algodão colorido, com o objetivo de oferecer alternativas de renda para os agricultores, além de buscar novos métodos e técnicas para contribuir a preservação ambiental através da redução dos agrotóxicos utilizados e por meio do ensino aos agricultores a respeito da melhor maneira do plantio para se preservar a semente a outros anos. No decorrer destes anos, já foram lançadas seis variedades através dos estudos realizados, com tonalidades que variam do verde aos marrons claro e avermelhado (DO BU, 2018).

No Organograma 1 ainda são apresentadas as empresas CoopNatural, Natural Contton Color, Santa Luzia Redes e Decorações e Casulo Arte Natural, sendo que atualmente apenas o grupo NCC (Natural Contton Color) e a empresa Santa Luzia se destacam na produção do Algodão Colorido. E a CoopNatural atua na produção do algodão orgânico branco. A respeito das Instituições de Apoio, as mesmas apresentadas no Organograma 1 ainda se expressão com ações para o Apl, acrescentando a ABIT (Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção) com resultados relevantes para o mesmo.

Compreendendo o cenário em que se solidificou o Apl em questão é apresentado no QUADRO 2, os atores que estiveram presente neste processo e suas relações. A partir do QUADRO 2. é possível ver as formas de interação entre os principais atores no arranjo no decorrer de seu desenvolvimento. A destacar no presente momento, o Grupo NCC com sua atuação estratégica na produção da moda sustentável, e atuação ativa até então, e na cooperação e articulação com os demais atores. Vale destacar que a cooperação também se dá por meio dos centros de pesquisas como a Embrapa e as Universidades, e ainda por meio das instituições de fomento como o SENAI e o SEBRAE.

E como foi abordado na fundamentação teórica, a cooperação e a aprendizagem entre os atores de um arranjo são elementos cruciais para serem observados, uma vez que, potencializa, ainda mais, a criação de competências produtivas e inovadoras.

QUADRO 2 - As formas de interações dos atores do APL Confeccões e Artefatos de Algodão Colorido.

ATORES	IDENTIFICAÇÃO	FORMA DE INTERAÇÃO
CLIENTES	<p>CONSUMIDORES NACIONAIS, EM: Alagoas, Amazônia, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe.</p> <p>CONSUMIDORES INTERNACIONAIS EM: Holanda, Itália e Espanha.</p>	Troca de informações em termos de prazos de entrega, sazonalidade, preços, moda, selo de sustentabilidade, local de comercialização etc.
FORNECEDORES	<p>MUNICÍPIOS QUE PLANTAM ALGODÃO COLORIDO ORGÂNICO:</p> <p>O município de Juarez Távora (Assentamento Margarida Maria Alves), o município de Remígio (Assentamento Queimadas).</p> <p>EMPRESAS DE:</p> <p>FIACÇÃO: O fio de algodão naturalmente colorido é fabricado em Pernambuco.</p> <p>BENEFICIAMENTO:</p> <p>1. A Cooperativa Agrícola Mista de Patos – CAMPAL localizada na cidade de Patos-PB, até 2009, estando agora, desativada.</p>	Características técnicas dos insumos e componentes, troca de informações técnicas, contratos e parcerias, etc.

QUADRO 2 - As formas de interações dos atores do APL Confeccões e Artefatos de Algodão Colorido.

	<p>2. Mini usina no assentamento rural Margarida Maria Alves, localizado no município de Juarez Távora – PB. É o local de beneficiamento desde 2009, mas já atua desde 2002, quando suas instalações ficaram prontas.</p> <p>TECELAGEM:</p> <p>1. A tecelagem manual e a fabricação da malharia têm como lugares de realização na Paraíba, os pontos fortes da sua rede urbana, a exemplo de João Pessoa e Campina Grande, mas também, está presente em Galante – PB, nesta cidade são feitos tecidos mais rústicos, usados em redes e tapetes.</p> <p>2. A tecelagem plana é realizada pela Unitêxtil e na Têxtil Evest S/A, em João Pessoa.</p>	
--	--	--

EMPRESAS DE PRODUÇÃO DE ARTEFATOS E CONFECÇÕES	Grupo Natural Cotton Color, Santa Luzia – Redes e Decoração Ltda, Casulo Arte Natural, COOPNATURAL.	Atuam na produção e comercialização no âmbito nacional e internacional de produtos de algodão naturalmente colorido.
SINDICATOS, ASSOCIAÇÕES, FEDERAÇÕES E COMITÊS	1. Associação da Indústria de Vestuário da Paraíba – AIVEST; 2. Agência Brasileira de Promoção a Exportação e Investimentos (APEX); 3. Federação das Indústrias do Estado da Paraíba – FIEP; 4. Comitê Gestor do Arranjo Produtivo Local - APL - de Confecções e Artefatos de Algodão Colorido da Paraíba.	Difusão de informações tecnológicas e mercadológicas, apoio legal e institucional, promoção de cursos e eventos técnicos e comerciais, feiras, articulação política e planejamento estratégico, etc.
ORGÃOS PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	1. Agência Municipal de Desenvolvimento Econômico (AMDE), órgão da prefeitura de Campina Grande-PB – até 2010; 2. Companhia de Desenvolvimento da Paraíba (CINEP); 3. Núcleo Estadual de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais da Paraíba (NEAPLs-PB); 4. Secretaria de Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca (SEDAP) e, 5. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER – PB).	Implementação de políticas públicas, articulação interinstitucional entre esferas de poder, mobilização de recursos humanos, econômicos e financeiros. Destaca-se o papel da EMATER de treinamento dos agricultores para lidar com o bicudo sem uso de inseticidas. E salienta-se a saída da AMDE do circuito do algodão colorido, no qual, o seu foco atual tem sido proporcionar crédito e apoiar os “microempreendedores da cidade de Campina Grande” focando na agricultura familiar, nas cooperativas de reciclagem e nos artesãos, mais especificamente, o que ficam na Vilã do Artesão da cidade.
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA	1. Centro Nacional de Pesquisa do Algodão/Embrapa; 2. SENAI – PB; SENAI – SP.	1. Pesquisa e desenvolvimento de tecnologia para aumentar a finura e resistência do algodão naturalmente colorido, culminando nas cultivares:

QUADRO 2 - As formas de interações dos atores do APL Confecções e Artefatos de Algodão Colorido.

		BRS 200 (em 2000), BRS Verde (lançada em 2003), BRS Rubi e BRS Safira (lançadas em 2005) e, por fim, a BRS Topázio (em 2010); 2. Pesquisa referente a inovação por meio do design, modelagem, produção e qualidade, concentrando-se em produtos do algodão colorido, englobando roupas, acessórios e decoração.
ORGÃOS PRIVADOS DE FOMENTO	SEBRAE – PB; SENAI da Paraíba e de São Paulo; Green Nation Collection; Inovativ (empresa privada, de São Paulo), Instituto C&A e Première Vision (Maison d’Excepción).	Financiamento e oferta de cursos para treinamento empresarial e de mão-de-obra, apoio ao desenvolvimento de capacitação tecnológica, projetos inovativos, e à comercialização.
UNIVERSIDADES	Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e Universidade Federal de Campina Grande	Formação de recursos humanos qualificados, pesquisas e atividades de extensão. Destaca-se atualmente a UFPB

	(UFCG).	que tem o coordenador geral do Plano de Desenvolvimento Econômico, Social e Sustentável para os Arranjos Produtivos Locais da Paraíba (Plades).
AGENTES FINANCEIROS	Banco Bradesco e Banco do Nordeste.	Financiamento de capital de giro, empréstimos para investimentos em capital físico, microcrédito.

Fonte: Do Bu (2018, p. 120-121).

Portanto, o Arranjo apesar de se demonstrar ativo sofre com impasses externos e internos como dificuldade de créditos, necessidade de centro de formação de mão de obra específica para o setor, indústrias específicas para trabalhar a fiação do algodão colorido, além das ações isoladas dos atores que o compõe (DO BU, 2018).

Diante do exposto, é possível reconhecer que tais problemáticas estão associadas às faltas de políticas públicas estruturadas voltadas para o arranjo na segunda década dos anos 2000, a fim de gerar a mudança necessária para ajudar desde os pequenos produtores, como também integrar os que já se colocam no mercado e seus principais atores. Por isso, são necessárias as medidas do Estado para solucionar os gargalos existentes e promover o desenvolvimento esperado para o setor e o local que se encontra. Percebendo deste modo, as especificidades do Arranjo, visto que é único em relação às origens, contexto econômico, nível de complexidade, cultura, e precisa de políticas públicas específicas compreendendo o estágio em que se encontra.

4.2 O cenário atual APL e das suas políticas públicas

Atualmente, o APL tem sido foco de políticas públicas de desenvolvimento local, que se manifestam através do trabalho continuado e articulado dos atores anteriormente citados na seção 4.1. Uma das principais políticas atuais vem a partir do GTP APL em esfera Federal, o qual sua coordenação é realizada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, por meio da Coordenação Geral de APLs, órgão do Departamento de Competitividade Industrial deste Ministério. Segundo o Observatório Brasileiro de APLs (OBAPL) a atuação do grupo se dá, entre outras⁸:

- na manutenção do tema na agenda pública: participação em eventos nacionais e internacionais sobre o tema; realização e apoio aos eventos nacionais sobre o tema;
- no incentivo à organização institucional em torno do tema: oficinas de orientação aos Núcleos Estaduais;
- na facilitação das informações e ações para os arranjos: divulgação de programas, editais e eventos aos Núcleos Estaduais; recebimento, consolidação e disponibilização dos planos de desenvolvimento por APL; ações por Estado; ações por tipo (eixos estruturantes);
- no cruzamento das ofertas das instituições com as demandas dos planos de desenvolvimento e a sua comunicação aos Núcleos Estaduais; e
- no desenvolvimento de um Sistema de Captação de Informações, dos Núcleos Estaduais, sobre APLs (em implementação).

Dentro desse contexto, no âmbito estadual, houve a criação do Decreto Estadual 30.853/2009, por iniciativa do governador José Maranhão; como resultado das ações do Governo Federal, criou o Núcleo Estadual de Apoio a APLs Paraibano.

Entretanto, a partir da observação da literatura e da pesquisa de campo, após os anos de 2010, não se verificou a existência políticas públicas estruturadas para fomento do APL em

⁸ Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/index.php/competitividade-industrial/arranjos-produtivos-locais>>. Acesso em: 02, set, 2020.

análise. A AMDE deixou de atuar no fomento do arranjo ainda na primeira década dos anos 2000 e não se observou nenhuma política desenvolvida pela Administração Direta do estado ou municipal de Campina Grande. Cabe, contudo, destacar a atuação da Embrapa, apoiando os agricultores no processo de cultivo e de precificação do produto e com a instalação de uma Mini-usina no Assentamento Margarida Maria Alves, para que os agricultores pudessem promover o beneficiamento do algodão colorido, e, assim, gerar maior valor agregado no ato da comercialização⁹.

Entretanto, a partir de 2016, o cenário se modifica e surge o Plano de Desenvolvimento Econômico, Social e Sustentável para os Arranjos Produtivos Locais da Paraíba – PLADES, que se constitui em uma parceria entre o governo estadual da Paraíba, a Universidade Federal da Paraíba (que tem um de seus professores, como idealizador), Universidade Estadual da Paraíba, Instituto Federal da Paraíba, SEBRAE e SENAI. E representa uma tentativa de estabelecimento de um Plano de Estado voltado para o fomento dos arranjos produtivos locais da Paraíba. Portanto, foi firmado um Acordo de Cooperação Técnico-Científico e Orçamentário-Financeiro (Nº 48/2016).

E por conseguinte, a estrutura organizacional do NEAPL-PB foi transformada no âmbito do PLADES. Logo, surgiu a reorganização do núcleo estadual em Câmaras programáticas e Câmaras temáticas, as quais respectivamente tem suas representações com ações específicas a cada uma, as câmaras programáticas organizam as instituições que fazem parte da sua natureza de ação, por exemplo a câmara de ensino das instituições públicas, a câmara do governo estadual, que são as secretarias que tem políticas para APL e a câmara do setor produtivo Estadual, que é o setor privado. Segundo a coordenadora do Núcleo:

O acordo é o resultado dessa reflexão da necessidade de políticas para o Apl. Então o plano Plades não é um produto, e sim um processo. Não é como geralmente se costuma fazer. É um processo para elaboração de um plano. Então por isso as reestruturações, o Observatório Paraibano de APLs e as ferramentas estruturantes.

Além destas ações, houve a criação do Plataforma Paraíba de Oportunidades; a qual é uma plataforma digital que reúne informações acerca de toda a inteligência territorial, a partir dos Arranjos Produtivos Locais certificados pelo Governo do Estado. O trabalho envolve mais de 70 especialistas, técnicos, gestores dos setores que compõem a tríplice hélice: governo, setor produtivo e universidade. Ainda segundo a Coordenadora referente as informações de conhecimento e pesquisa desenvolvidas pelas Universidades que assinaram o acordo PLADES: “A informação se continha apenas nos grupos privilegiados. E a plataforma veio para democratizar a informação das universidades que contém as informações de tecnologia e conhecimento”.

Logo, percebe-se que o APL está recebendo atenção para seu melhor desenvolvimento através da reorganização das ações e esforços já existentes, porém de maneira estruturada.

Dessa forma, outro importante ator que tem se posicionado em relação ao crescimento e desenvolvimento do Apl é Embrapa Algodão que desde os primórdios do Apl de Algodão colorido está perpetuando suas ações e atualmente propõe a Contribuição à atualização da Agenda de prioridades da Embrapa Algodão em perspectiva do ano de 2017 ao ano de 2034, a qual aborda os seguintes pontos, conforme informações levantadas na pesquisa de campo com o analista socioeconômico da Instituição:

1. Realizar pesquisas tecnológicas que resultem em sistemas produtivos “orgânicos” para os Biomas brasileiros em que seja apropriado o cultivo do algodão naturalmente colorido; ou, ampliar as que estejam em andamento. A justificativa desta prioridade é que atualmente os produtos da tecnologia algodão naturalmente

⁹ Para mais detalhes das contribuições da Embrapa ver: Lirbório (2017) e Do Bu (2018).

- colorido são vendidos em primordial porque são “orgânicos” e, só em segundo lugar, porque são “naturalmente coloridos”;
2. Pesquisar a produção e distribuição de sementes “orgânicas” das diversas cultivares disponíveis (considerar nesta prioridade que pode acontecer, em futuro breve, a contribuição operacional da EmbrapaTec). Contribuir com o mercado produtor de sementes certificadas das diversas cultivares disponíveis na Embrapa Algodão para atender a demandas de novos cotonicultores;
 3. Pesquisar outras e novas cores, com diferentes tons, uniformidade e estabilidade, incorporando outras cultivares nos trabalhos internos; desenvolvimento de algodões coloridos (azul, preto etc.) com biotecnologia/transgenia;
 4. Pesquisar melhorias para as características físicas da fibra (comprimento, índice de uniformidade de comprimento, conteúdo de fibras curtas, resistência, índice micronaire¹⁰, etc.) das cultivares existentes;
 5. Pesquisar/desenvolver variedades de alto rendimento, amadurecimento precoce e híbridos;
 6. Pesquisar/desenvolver variedades de algodão colorido e híbridos aptos para colheita mecânica;
 7. Começar a discutir no âmbito do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária - SNPA um incremento no número de pesquisadores dessa cultura agrícola visando um contingente que tenha, idealmente e, pelo menos, 1 (um) pesquisador(a) por universidade federal brasileira e/ou por instituição de pesquisa tecnológica do País;
 8. Contribuir para consolidar o funcionamento normal e regular do Comitê Gestor do APL de Confecções e Artefatos de Algodão Colorido do Estado da Paraíba. Contribuir na preparação do mesmo até suas deliberações tomarem importância para discussão na Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Algodão e Derivados. A partir de 2018, contribuir para a decisão tomada anteriormente no Plano de Desenvolvimento Econômico, Social e Sustentável para Arranjos Produtivos Locais da Paraíba – PLADES de que o referido Comitê Gestor deve funcionar como uma sua câmara setorial;
 9. A partir de 2018, contribuir para atualização permanente de conhecimentos do APL de confecções e artefatos de algodão colorido do estado da Paraíba no âmbito da Rede de Pesquisas em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais – RedeSist, coordenada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Repetir essa providência a cada 4 (quatro) anos, com estudos de viabilidade técnica e econômica, pesquisa de mercado em níveis nacional e mundial. Contribuir para a formalização de parceria institucional com INCRA e Governo do Estado da Paraíba visando a prestação de assistência técnica ao Assentamento Rural “Margarida Maria Alves”, no município de Juarez Távora-PB, e a outras iniciativas semelhantes de parcerias que visem a produção de algodão naturalmente colorido no território nacional, seja no âmbito da agricultura familiar seja no âmbito das grandes culturas.

Para tanto, levando em consideração a Prioridade 8, o analista de socioeconômico da Embrapa Algodão esclarece:

¹⁰ O Micronaire é um índice através do qual se verifica o comportamento e resistência ao ar de uma massa fibrosa definida em fluxo de ar a uma pressão constante. Fibras de baixo micronaire normalmente causam “neps” no fio e no tecido acabado, bem como variações no tingimento (EMBRAPA, 2002).

Se propõe a extinção do Comitê Gestor e a criação no lugar dele da Câmara Setorial do Algodão Naturalmente Colorido da Paraíba. Ou seja, ficaria oficializada a existência de uma instância de coordenação das atividades produtivas e comerciais, a coordenação do APL passaria para o PLADES, e tudo ficaria mais organizado e progressista. Acabaria a influência perniciosa de indivíduos isolados que gostam de privatizar o que é público e ter ascendência sobre tudo que se faz na produção, no comércio e no financiamento das atividades, e as instituições de apoio voltariam a se encontrar e planejar seu futuro, e o PLADES atingiria mais rápido seus objetivos.

O Comitê se reúne semestralmente para deliberar sobre assuntos pertinentes a cadeia produtiva, e também para eleger o Coordenador Geral para Mandatos de dois anos, o qual o Coordenador do mesmo, explicou, em entrevista, as prioridades tratadas na última reunião do Comitê realizada na primeira semana de novembro:

Atualmente, estamos trabalhando em duas frentes importantíssimas para a Cadeia Produtiva, as quais são: 1.Elaboração de um projeto de Estado para Implantação de uma Política de Estado para o Algodão Orgânico Natural e Colorido no Estado da Paraíba, pois até hoje sempre ficamos na dependência de políticas de Governo onde como sabemos, são pontuais, e com as alternâncias de Governo, apesar de salutares para a Democracia, nos leva a cada mudança termos que procurar novos interlocutores até mesmo para manter os espaços conquistados. Com a Implantação de uma Política de Estado está grande barreira estaria suplantada. 2.Conquista do Selo Gotz para Orgânicos com reconhecimento Mundial, abrindo passagem para todos os Mercados Internacionais que a cada dia mais está exigindo produtos orgânicos, sustentáveis e devidamente certificados.

Desse modo, os atores que compõe o Arranjo têm sentido os impactados das ações propostas até então pelos agentes já citados. A exemplo da integrante do Comitê Gestor, a Santa Luzia- Redes e decorações Ltda a qual o CEO relata em relação as Políticas Públicas:

Tenho sentido que no âmbito governamental tem melhorado muito, tem se estreitado os laços e tem dado resultado pois eles estão vendo que tem crescido o Arranjo. Essa atenção que a Paraíba tem dado com os técnicos e agrônomos não se ver em outros Apl's, e aqui nós temos todo esse acompanhamento.

Diante das ações do Comitê explica:

Nossa participação mais frequente nas programações de comercialização, isso foi trabalho do Comitê, que viabiliza através da Abit e Apex. Oportunidade de dizer ao mundo que temos produto. Recebemos visitas de vários países interessados. Estes são os resultados. O Brasil e a Paraíba é exemplo de que assentamento funciona sim. Isso é a importância de todo esse planejamento.

Desta maneira, ficam nítidos os esforços para que as Políticas Públicas para o Apl em questão sejam desenvolvidas. Todavia, vale citar o olhar da empresa pioneira em tratar do algodão colorido na Paraíba, teve seu papel fundamental na criação deste em 2000, a CoopNatural, que apesar de não está mais presente no Apl, passou a buscar agregar valor a suas peças através do algodão orgânico branco, o qual apresenta o selo de sustentabilidade e é certificado pela IBD – Associação de Certificação Instituto Biodinâmico. A empresa recebe o selo de identificação de origem pela EMBRAPA Algodão, e em 2016 o selo de certificação participativa do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) (BRASIL, 2016).

Logo, vale citar que a CoopNatural como produtora de algodão branco orgânico está com cerca de 367 agricultores associados e 260 toneladas produzidas ano, e quando estava trabalhando com o algodão colorido o máximo alcançado foi de 12 toneladas anuais e 30

agricultores associados. Perante esta diferença e com base na experiência vivenciada no Arranjo e hoje apenas como observante a Presidente da CoopNatural comenta:

Tudo que for para ajudar o algodão colorido será muito bem-vindo. O que acontece é que chegam as políticas e os resultados não vem. Os resultados são muito questionáveis por que o Governo gasta mas as mudanças em cima de um produto devem ser aprofundadas, devem ser além do artesanato da PB. Deve ser algo que mude, de fato, a estrutura conceitual.

Diante do exposto, percebeu-se com a pesquisa que, as relações de dependência tem sido o foco das políticas públicas planejadas para o Apl e que os atores presentes neste também se envolvem, a fim de que esse objetivo seja alcançado, apesar de que haja divergências sobre como será reconfigurada a representação do Arranjo.

Todavia, ainda há gargalos que são apresentados no Arranjo em comum pelos agentes presentes que barram crescimento potencial deste, como o investimento no desenvolvimento de pesquisas para novas variedades do algodão colorido, os locais apropriados para o plantio de algodão colorido, e conhecimento para os pequenos produtores que por vezes não sabem a maneira correta de se plantar para que haja a conservação da semente genética por vários anos.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo analisar as Políticas Públicas de fomento o Arranjo Produtivo Local de Confecções e Artefatos de Algodão Colorido da Paraíba. Para isso, foi apresentada a caracterização do arranjo.

Após isso foi possível perceber que o Apl de Confecções e Artefatos de Algodão Colorido da Paraíba possui um histórico de políticas públicas que não teve continuidade desde os anos 2000 até a atualidade, quando a produção de algodão naturalmente se inicia no estado da Paraíba. Assim sendo, verificou-se que até os anos de 2010 existem ações públicas para contribuir com a organização produtiva e comercialização do arranjo. Entretanto, só no período recente, mais especificamente 2016, que se observam esforços em torno de construir políticas públicas articuladas para fomentar os Apls do estado.

Nesse sentido, no cenário recente, destaca-se o papel do governo estadual, que tem se demonstrado interessado em modificar a maneira como outrora eram realizadas as políticas públicas; propondo mudanças na forma tradicional de interação entre os atores, unificando as ações em torno de um Plano específico de melhoria, desenvolvimento e crescimento para o Arranjo, afim de dissipar quaisquer ações isoladas de beneficiamento específico para um único ator.

Portanto, percebe-se o interesse expressivo do Estado, primeiramente através da representação criada por meio do Núcleo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais da Paraíba (NEA APL-PB) e em seguida pelo âmbito do PLADES (Plano de Desenvolvimento Econômico, Social e Sustentável), e a Embrapa que desde o início e criação do Arranjo até hoje tem agido de maneira constante e tem sido fundamental, a partir da interação com os agricultores, as empresas, e os demais atores presentes até a estrutura formal do Comitê Gestor.

Enquanto isso, nota-se também que o Comitê Gestor tem se engajado em ações para o crescimento do Arranjo, apesar de possuir seus conflitos internos e externos, que por vezes retardam resultados propostos nas Políticas Públicas existentes gerando status quo.

Desse modo, de acordo com a explanação teórica e análise aqui explorada constatou-se que o Apl de Confecções e Artefatos de Algodão Colorido da Paraíba é alvo de Políticas Públicas nas Esferas Federal e Estadual que visam sua estruturação. Logo, além destas citadas esperam-se seus respectivos resultados e impactos, mesmo que não sejam mensurados quantitativamente, mas que qualitativamente sejam vistos por todos que tem se empenhado em buscar soluções para o desenvolvimento local e sustentável.

REFERENCIAS

- _____. **O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas.** Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local. Rio de Janeiro: Relume Dumará, p. 21-34, 2003.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** 70. Ed. Lisboa, 1994.
- BRASIL. **Manual de apoio aos arranjos produtivos locais.** Brasília: GTP APL, 2006. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br//arquivos/dwnl_1289326568.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2020.
- BU, Thayse Andrezza Oliveira do et al. **O aspil de artefatos e confecções de algodão colorido da Paraíba e o desenvolvimento local integrado e sustentável.** 2018. 209f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - PPGDR) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande-PB.
- CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena Maria Martins. **Sistemas de inovação e desenvolvimento: as implicações de política.** São Paulo em perspectiva, v. 19, n. 1, p. 34-45, 2005.
- CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de. **Juventude e políticas sociais no Brasil.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2009.
- CAVALCANTI FILHO, Paulo Fernando de; MOUTINHO, Lúcia Maria Góes. **Cooperação institucional como estratégia inovativa: o caso do APL de confecções em Campina Grande (PB).** Revista de Economia Contemporânea, v. 11, n. 3, p. 475-507, 2007.
- COSTA, Paul T.; MCCRAE, Robert R. NEO-PI-3. London: **Sigma Assessment Systems**, 2010.
- FARIAS, Paulo Sergio Cunha. **Os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação do algodão colorido e derivados da Paraíba (2000-2008): uma dimensão geográfica da flexibilização do produto, da produção e do consumo de moda, fibras, têxteis e confecções.** 2010, 309 f. 2010. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Geografia)–Universidade Federal de Pernambuco. Geografia.
- FREEMAN, R. E. Strategic Management: A Stakeholder Approach. B. The politics of stakeholder theory: Some future directions. **Business Ethics Quarterly**, v. 4, n. 4, p. 409-421, 1984.

FURTADO, Bernardo Alves; SAKOWSKI, Patrícia AM; TÓVOLLI, Marina H. **Modelagem de sistemas complexos para políticas públicas**. 2015.

GUIMARÃES, Rosana Gonçalves. Políticas públicas para arranjo produtivo local: o caso do APL DE têxteis e confecções de Cuiabá e Várzea Grande/MT. In: **Conferência Internacional LALICS**. 2013.

INMENTRO. **Inmetro na 2ª Conferência Brasileira sobre Arranjos Produtivos Locais**. Disponível em: <<http://www.inmetro.gov.br/apls/noticias/conferenciaii.asp>>. 2013. Acesso em: 03 nov. 2020.

LASTRES, Helena Maria Martins et al. **O apoio ao desenvolvimento regional: a experiência do BNDES e oportunidades para avanços**. 2014.

LASTRES, Helena MM; CASSIOLATO, José Eduardo. **Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos**. Rio de Janeiro: SEBBRAE, 2004.

LIRBÓRIO, Lúcia Ferreira. **O circuito espacial de produção do algodão naturalmente colorido na Paraíba-Brasil**. 2017. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

MIDIC, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, 2014. Disponível em: <<https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/competitividade-industrial/arranjos-produtivos-locais-apl>>. Acesso em: 03 nov. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MONTEIRO, Thel Augusto; NETO, Mario Sacomano; GIULIANI, Antonio Carlos. **Redes de inovação e composto mercadológico: um estudo exploratório sobre o desenvolvimento de produtos**. Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria, v. 6, n. 4, p. 672-684, 2013.

MULLER, Pierre; SUREL, Yves. **A análise das políticas públicas**. Educat, 2002.

PERL, Anthony; HOWLETT, Michael; RAMESH, Michael. Formulação de políticas e veracidade: Os modelos de políticas existentes podem lidar com evidências politizadas e ignorância intencional em um mundo “pós-fato”?. **Policy Sciences**, v. 51, n. 4, pág. 581-600, 2018.

PICCIOTTO, Gabriela; SHEWCHENKO, Marília Carvalho. **Projeto de fortalecimento da cadeia produtiva do algodão colorido**. Projeto Conexão Local–ANO II. Fundação Getúlio Vargas-Programa Gestão Pública e Cidadania, 2006.

RODRIGUES, Raymundo Nina. **As políticas públicas no Brasil**. 2010.

SACOMANO NETO, Mário; PAULILLO, Luiz Fernando de Oriani. Estruturas de governança em arranjos produtivos locais: um estudo comparativo nos arranjos calçadistas e sucroalcooleiro no estado de São Paulo. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 4, p. 1131-1156, 2012.

SIMONETTI, Erica Ribeiro de Sousa; KAMIMURA, Quésia Postigo. **As Políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento de arranjos produtivos locais**. 2017.

SISTEMAS, REDESIST-REDE DE PESQUISA EM; PRODUTIVOS, E. INOVATIVOS LOCAIS. Disponível em:< <http://www.ie.ufrj.br/redesist.br>>. 2004.

SOCIAL, IPEA Radar Social. **Sobre Arranjos Produtivos Locais e Clusters**. Brasília, IPEA, 2005.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso-: Planejamento e métodos**. Bookman editora, 2015.